



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo.

MARX, TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E CRISE CONTEMPORÂNEA

Beatriz Augusto de Paiva¹
Mirella Farias Rocha²
Dilceane Carraro³

Resumo: De um ângulo estritamente marxista, elaboramos em nosso trabalho uma reflexão sobre o tema do ENPS, ratificando a atualidade e essencialidade dos estudos de Karl Marx para debate sobre a crise capitalista, em sua coetânea expressão histórica. Ademais, por meio das análises da Teoria Marxista da Dependência, buscamos adensar as mediações e processualidades que explicam a singularidade da crise brasileira, inserindo-a na dinâmica socioeconômica do capitalismo latino-americano, submetido que é, historicamente, às forças do Imperialismo estadunidense. As tenazes do passado colonial-escravista somadas às da dinâmica do capitalismo monopolista fundam a espiral imperialista que ataca e constrange a luta de classes nos países da região, e de forma intensificada no Brasil de hoje.

Palavras-chave: Teoria Marxista da Dependência; Superexploração; Crise capitalista.

**MARX, MARXIST THEORY OF DEPENDENCY AND THE CONTEMPORARY
CRISIS**

Abstract: From a strictly Marxist angle, we have elaborated in our work a reflection on the theme of the ENPS, ratifying how Marx is still very current and how essentiality of Karl Marx's studies for a debate on a capitalist crisis, in his contemporary historical discourse. In addition, through the analysis of the Marxist Theory of Dependency, we seek to consolidate as mediations and processualities that explain the uniqueness of the Brazilian crisis, inserting it in the socioeconomic dynamics of Latin American capitalism, submitted that it is, historically, to the forces of US imperialism. As tenazes of the colonial-slave past, combined with the dynamics of monopoly capitalism, they founded the imperialist spiral that binds and constrains the class struggle in the countries of the region and intensified in Brazil today.

Keywords: Marxist Theory of Dependence; Superexploration; Capitalist crisis.

Introdução

A onda regressiva que inundou e varreu o centro do mundo capitalista, especificamente em Wall Street (Centro do capital financeiro nos Estados Unidos), repercutiu na América Latina, de forma intensa. O ano de 2017 pode ser considerado como parte deste ciclo de aprofundamento das contradições do capitalismo, afetando particularmente os elos mais fracos

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <beapaiva@gmail.com>.

² Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: <mirellafr@gmail.com>.

³ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: <dilceanec@gmail.com>.

da corrente imperialista. Desde então, está em curso novas e velhas modalidades de barbárie que acompanham a tentativa de retomada do circuito de valorização do capital, no cenário da acumulação capitalista em escala global, com específicas consequências nos países dependentes. Vale lembrar, que os países da região experimentaram ligeiro período expansivo no momento posterior ao colapso da bolha especulativa no mercado norte-americano em 2008⁴, *boom* financeiro que é expressão da agudização da crise sistêmica do capital, desde meados dos anos 1970⁵.

Com o arrefecimento da expansão do crédito e das medidas que buscaram impulsionar o consumo de massas no período, a partir de 2014, a região passa a sofrer uma dinâmica economicamente recessiva e politicamente regressiva. Do ponto de vista social, a resposta será sempre a violência, a repressão, o genocídio dos pobres, negros e indígenas, mulheres e lideranças populares e camponesas, os periféricos e descartáveis. Particularmente no Brasil, a queda de 3,6% em 2016 na comparação com 2015 marcou o segundo ano seguido de recessão econômica, a mais profunda desde 1930, ano da Grande Depressão, segundo a série histórica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)⁶. Em dois anos, a retração foi de 7,2%, a

⁴ Reafirmando uma tendência já registrada anteriormente, os países subdesenvolvidos reportaram um desempenho econômico muito superior ao dos países desenvolvidos durante os momentos de crise. No ano de 2010, por exemplo, o Paraguai cresceu 13,9%, a Argentina 9,2%, o Brasil 7,5%, o México 5,5% e o Chile 5,2%, diferentemente da região da zona do Euro, que registrou 1,7% de crescimento e dos EUA que cresceu 2,8% (BANCO MUNDIAL, 2016). Segundo análise de Gunder Frank (1973) as breves experiências de desenvolvimento das economias subdesenvolvidas ocorrem na justa medida em que os laços com as economias desenvolvidas ficam débeis, em virtude da situação de crise no centro do sistema. Em sua análise: “Aparte de algunas de menor importancia, sobresalen cinco periodos de grandes crisis que parecen confirmar la hipótesis. Estos son: la depresión europea (especialmente española) del siglo XVII, las guerras napoleónicas, la primera Guerra Mundial, la depresión de los años 30 y la segunda Guerra Mundial. Está claramente establecido y generalmente reconocido que el desarrollo reciente más importante – especialmente de Argentina, Brasil y México, pero también de otros países tales como Chile – ha tenido lugar precisamente durante los periodos de las dos grandes guerras y la depresión intermedia. Gracias al consiguiente debilitamiento de los lazos comerciales y de la inversión durante esos periodos, los satélites iniciaron un crecimiento marcado de industrialización autónoma. La investigación histórica demuestra que lo mismo sucedió en América Latina durante la depresión europea del siglo XVII. Creció la manufactura en los países latino-americanos y muchos de ellos, como Chile, se convirtieron en exportadores de productos manufacturados. Las guerras napoleónicas hicieron brotar movimientos de independencia en América Latina y esto debe quizás interpretarse como una confirmación, en parte, de la hipótesis de desarrollo.” (GUNDER FRANK, 1973, p. 27).

⁵ Mandel (1990) infere que desde a formação do mercado mundial capitalista, em 1825, até os anos 70 do século XX, registraram-se 20 crises, sendo 19 delas crises cíclicas parciais (atingindo um ou alguns países simultaneamente) e a de 1974/75, uma crise sistêmica, uma crise sincronizada à escala mundial. As 19 crises cíclicas referidas por Mandel são as dos anos de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. A crise sincronizada à escala mundial, ou seja, aquela que atingiu todo o sistema capitalista, é a que tem início nos anos em 1974/75 e que perdura até hoje, a qual, para Mészáros (2010), deve ser considerada como uma crise estrutural do capital.

⁶ [3] Cf. Matéria do Jornal *Valor Econômico* (MOTTA, C. V. et al., 2016).

mais grave também de acordo com a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que começou em 1948. (IBGE, 2016).

Esse cenário contrasta com os ventos progressistas anunciados na conjuntura latino-americana do início do século XXI, com a vitória eleitoral de candidaturas de base programática democrático-popular⁷, as quais não tardaram em revelar seu limite político-estratégico, expresso na fragilidade do reformismo proposto. No Brasil, sob o manto da ideologia novo-desenvolvimentista, a tônica do período foi a tentativa de aliar o fortalecimento do capital, por meio da garantia da expansão dos lucros capitalistas em tempos de financeirização da economia, com pequenas e contraditórias conquistas sociais para a população, como garantia de renda mínima com condicionalidades, expansão da política de assistência social e da educação superior pública, com ampliação do acesso das camadas populares às universidades e, a mais expressiva delas, a recomposição dos valores do salário mínimo nacional. Esse contraditório e insustentável pacto de classes se mostrou uma fantasmagórica alegoria do projeto liberal-democrático, como evidenciou o processo que levou à interrupção inconstitucional do mandato presidencial da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016, sob salvaguarda do Poder Judiciário, particularmente do Supremo Tribunal Federal (STF), essencial para garantir a cortina de legalidade ao que, em realidade, se tratou de um Golpe Institucional Parlamentar, construído diretamente pelos grandes grupos midiáticos-empresariais.

No poder, o impacto da estratégia golpista recai duramente sobre os recursos nacionais estratégicos – a exemplo do petróleo brasileiro – e sobre os direitos sociais. A legislação trabalhista arduamente conquistada em mais de 60 anos de luta, e apenas parcial e contraditoriamente materializada, ruiu em poucos meses com a aprovação da contrarreforma trabalhista, que sucedeu a aprovação da terceirização indiscriminada. A aprovação das medidas de precarização das diretrizes educacionais do ensino médio, a emenda constitucional no. 95, que congelou os suprimentos financeiros das políticas sociais por 20 anos (medida criminosa, sabemos), e todas as estratégias ilegítimas de angariar votos para a contrarreforma

⁷ Referimo-nos às sucessivas eleições de Hugo Rafael Chávez Frías, na Venezuela, desde 1998, e de Nicolás Maduro, desde 2013; à vitória, no Brasil, de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, sua posterior reeleição em 2006 e eleição de sua sucessora Dilma Rousseff, em 2010 e 2014; à chegada de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 e à continuidade com Cristina Kirchner a partir de 2007, reeleita em 2011; ao triunfo eleitoral da *Frente Amplia* representada por Tabaré Vázquez e José Mujica, no Uruguai, desde 2004; à ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia, desde 2006; à ascensão ao poder de Rafael Correa, no Equador, desde 2006, e de Daniel Ortega, na Nicarágua, também em 2006; ainda nesse mesmo ano, à disputa acirrada no Peru, à evidente fraude eleitoral no México e à chamada “Outra campanha” proclamada pelo movimento Zapatista; por fim, à eleição de Fernando Lugo, no Paraguai, em 2008, e à vitória de Ollanta Humala, no Peru, em 2011.

previdenciária estão a operar a mais profunda e intensificada ofensiva do capital sobre os direitos das classes trabalhadoras, só possível pelo cenário de ruptura institucional sobre a qual se sustenta o golpe jurídico-midiático-parlamentar. Cada uma delas, e, mais ainda, seu somatório, repercute e repercutirá ainda mais duramente sobre as condições de reprodução da classe trabalhadora brasileira, que em sua maioria já se encontram à margem da proteção social, ditada antes pela relação salarial formal.

Adensa esse cenário, os números do aumento exponencial do desemprego, da redução da arrecadação fiscal, pela política de desoneração e anistia tributária a praticamente todos os setores do capital que só se expandiu, a retração dos gastos públicos decorrentes da promulgação da EC no. 95, bem como, novas ondas de ataques que rebentam pelo país nas casas legislativas estaduais e municipais, para aprovação de pacotes de ajuste fiscal, pretensamente voltados para contenção de gastos públicos, os quais atacam duramente os trabalhadores funcionários públicos, principalmente, em processos truculentos que cerceiam direitos civis e políticos da população. O panorama da barbárie denota um reforço da capacidade de ação do Estado em benefício da rentabilidade do capital, evidenciando seu demarcado vínculo de classe.

Esta comunicação propõe assim debater a atualidade de Marx e particularmente da Teoria Marxista da Dependência (TMD) para pensar a crise contemporânea na América Latina, que vem se desenvolvendo em nossos estudos com a busca do adensamento dos processos de superexploração da força de trabalho, bem como os rebatimentos sobre a luta de classes e os aspectos políticos sociais. O trabalho é resultado de mais de 10 anos de estudos e pesquisas das autoras com a TMD, atualmente fruto de articulação entre o Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina, (IELA/UFSC), por meio do Grupo *Veias Abertas*, e o Laboratório de Estudos sobre Marx e a Teoria Marxista da Dependência (Lemarx-TMD) da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).

Desenvolvimento

No prefácio ao O Capital - Livro 3 de Karl Marx, Friedrich Engels polemiza com os intérpretes de Marx sobre a Teoria do Valor, que insistem em tentar - de forma infrutífera - anular os pressupostos ontológicos sobre os quais Marx decifra os processos de valorização no capitalismo, ou seja, onde o lucro é originado. Engels a este respeito afirma:

A lei do valor dirige-se, antes de mais nada, contra a opinião, oriunda do modo de pensar capitalista, segundo a qual o trabalho pretérito acumulado, que

constituiu capital, em vez de ser determinada soma de valor pronto e acabado, é criador de valor - por ser fator de produção e da formação de lucro - fonte portanto, de mais valor que possui. Essa lei estabelece que essa propriedade cabe unicamente ao trabalho vivo. (ENGELS, 2008, p. 24)

Este debate ganha outras dimensões nos Livros 2 e 3 de O Capital, expandindo as análises de Marx acerca da unidade entre os processos de produção e de circulação, cujas mediações recíprocas explicam de forma mais ampla os mecanismos de produção das taxas médias de lucro e suas contratendências. Tais análises, embora não tenha sido totalmente finalizadas, ganharam encadeamento e organização geniais por Engels, sabemos, assegurando que a unidade e as mediações recíprocas entre produção e circulação - formuladas por Marx em cada reflexão que elaborou quando referenciou-se ao problema do método - compusessem de forma absolutamente orgânica os termos da lei do valor. Em debate com P. Fireman, Engels adverte a impossibilidade de refutar Marx com base em pressupostos antidialéticos, que busquem definições rígidas prontas e acabadas, válidas de uma vez para sempre.

É por isso mesmo evidente que, se as coisas e suas relações recíprocas são consideradas mutáveis, em vez de fixas, suas reproduções mentais, os conceitos, submetem-se por sua vez a alterações e mudanças, não ficando petrificados em definições rígidas, mas desenvolvendo-se de acordo com o processo histórico ou lógico de sua formação. (ENGELS, 2008, p. 25)

Mesmo Marx recorrendo à disjunção contraditória entre a esfera da produção e a da circulação como recurso heurístico da abstração, mas de outro lado sendo também uma arma do debate teórico burguês para escamotear a lei do valor, ao analisar os termos da composição orgânica média do capital - momento precípua da produção capitalista - e sua incidência direta na taxa geral de lucro, essa disjunção se esvai. Ao explicar a "*natureza da lei da queda tendencial da taxa de lucro*", Marx (2008) dialeticamente unifica, em suas diversas variações singulares, os elos intermediários do processo de extração da mais-valia (trabalho apropriado não-pago) aos processos de realização da mais-valia, efetivados na esfera da circulação. Por meio das análises das tendências de instabilidade sistêmica do capitalismo, dadas pela acumulação e pauperização crescentes - com a centralização e concentração de capital, com as transformações permanentes na produtividade social do trabalho e expansão tecnológica, com as dinâmicas regressivas de crise - Marx dispõe como a perspectiva da totalidade se expressa em sua grandeza. Assim, diz Marx:

As equações que propusemos no início expressam, portanto, a tendência real da produção capitalista. Essa tendência produz, simultaneamente com o decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, cada vez mais elevada composição orgânica do capital global, daí resultando diretamente que a taxa de mais -

valia, sem variar e mesmo elevando-se o grau de exploração do trabalho, se expresse em taxa geral de lucro em decréscimo contínuo (mais adiante veremos por que esse decréscimo não se concretiza nessa forma absoluta, mas em tendência à queda progressiva). A tendência gradual para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista*, do progresso da produtividade social do trabalho. (MARX, 2008, p. 283)

Ademais explica como a tendência da queda da taxa de lucro não só se origina na esfera da produção, mas como as medidas de contratendência da queda da taxa de lucro também expressam unidades contraditórias entre a produção e a circulação, que vão além, manifestando o conjunto de barreiras sociais da luta de classes sobre as quais se choca a acumulação do capital. Barreiras estas que dão sentido aos mecanismos de regulação econômicas e políticas assumidos pelo Estado burguês, sobretudo a partir da transformação monopolística.

Marx é luminar ao revelar as ofensivas regressivas sobre o trabalho pelo capital em sua sanha por lucratividade e acumulação, afetando de diferentes formas a dinâmica de extração da mais-valia e da sua realização. Assim, percebemos como este potente constructo categorial sustenta as análises originais de Ruy Mauro Marini e tantos outros onde as dinâmicas singulares do capitalismo dependente adquirem processualidades igualmente particulares em termos das dinâmicas de extração da mais-valia, baseada na superexploração da força de trabalho, do intercâmbio desigual no comércio das nações e regiões a nos mecanismos de transferência de valor da periferia para os centros imperialistas e suas empresas monopolistas.

É nesta perspectiva que, sem abrir mão de Marx em suas imprescindíveis e originais formulações sobre o capitalismo como sistema mundial, visamos estudar os elos intermediários da dinâmica econômica e política imperialista e sua incidência na periferia do sistema. Sendo assim, elegemos os autores da Teoria Marxista da Dependência (TMD) como referências preciosas para enriquecer os constructos histórico-categoriais legados diretamente do pensamento de Marx, considerados por nós - ao longo muitos anos de pesquisa sobre as políticas sociais na América Latina - aportes fundamentais para o deciframento dos mecanismos da dependência e de tudo que à ela está vinculado: as obscenas desigualdades, o latifúndio, a depredação das riquezas naturais, o saqueio do patrimônio nacional, a regressão dos direitos sociais, a crescente transferência de valor, a intolerável concentração de renda, riqueza e propriedade...ou seja, dos principais elos das estruturas de dominação e de poder que sustentam a contraditória simbiose de interesses capitalistas no país e região.

Se buscamos com a TMD o aprofundamento de análises que possam extrair processualidades históricas singulares da realidade latino-americana, também sabemos que há

uma preocupante cruzada antimarxista na contemporânea produção de conhecimento nas áreas sociais e humanas, que se expressa pela recusa da compreensão dos fenômenos e processualidade social desde a perspectiva da totalidade. Esta recusa caminha ao lado da ascensão do *conservadorismo com novas roupagens*, tendo em vista sua adequação ao projeto sociocultural burguês que emerge a partir da década de 1970.

Profundas transformações na acumulação capitalista foram desencadeadas nesse período. Especificamente no campo econômico-político, cabe referenciar o conjunto de crises que irromperam desde o início dos anos 1970 no ocidente: a crise do petróleo, em 1973 e 1979; a crise do dólar, em 1978; a crise fiscal dos Estados Unidos da América (EUA), que provocou a ascensão do desemprego e inflação acelerada; a crise política referida à derrota norte-americana no Vietnã, em 1975; a crise do modelo de regulação keynesiano-fordista; e a crise do bloco soviético. Os impactos da crise do petróleo tiveram consequências generalizadas nos países ocidentais, mas em um momento de atividades industriais já internacionalizadas, a crise do dólar provocou um problema monetário internacional e a desestabilização da moeda causou instabilidade no comércio mundial.

Na América Latina o período foi de Golpes e Ditaduras Militares que varreram o continente. A instauração de ditaduras militares pode ser considerada uma resposta reativa do capital e seu aparato político-militar-ideológico às mobilizações populares presentes em todo o continente desde a Revolução Cubana, em 1959, mas não só, conforme análise de Osório (2016)

Las nuevas dictaduras no sólo fueron una respuesta puramente reactiva ante las ofensivas populares. Fueron también, en su mayoría, la punta de lanza y las portadoras de nuevos proyectos de reorganización económica y política en la región, o las que despejaron el camino para que gobiernos civiles emprendieran la tarea. Una nueva inserción al mercado mundial, bajo la forma de un patrón exportador, el de especialización productiva, bajo la impronta de políticas económicas neoliberales, comenzó a tomar forma en los años setenta y ochenta en la región. El denominador común de este proceso de reestructuración productiva será una agresiva política contra el mundo del trabajo, el derrumbe de salarios y de prestaciones sociales, el fortalecimiento de una franja monopólica del capital local y una más estrecha asociación con el capital extranjero, proceso alentado por la subasta y liquidación de importantes empresas estatales al capital privado, y el estrechamiento de lazos comerciales y aperturas hacia el mercado mundial. La elevación de la capacidad de competencia en los mercados exteriores irá estrechamente ligada al deterioro de las condiciones de vida de los asalariados y al incremento de la explotación redoblada. La conformación de una economía que da las espaldas al grueso de la población trabajadora volverá a tomar forma, tras el breve paréntesis industrializador en la región y la limitada incorporación de población trabajadora al mercado interno. (OSORIO, 2016, p. 21)

Tal como destacado pelo autor, as medidas de reestruturação produtiva que repercutiram severamente sobre a classe trabalhadora, compuseram a estratégia do projeto burguês tendo em

vista forjar uma saída econômica para a crise, no sentido de minimizar a tendência à queda da taxa de lucro e dar novo fôlego à acumulação capitalista em escala global.

Do ponto de vista político, na América Latina, a agenda da “transição para a democracia”, que se operou na região a partir dos anos 1980, tratava de outorgar novas bases de legitimidade ao sistema, sob um regime político plenamente compatível com o regime de acumulação imperante. A figura do cidadão passa a compor o cenário perfeito: trata-se de um sujeito ativo que não espera por dádivas estatais, mas é recompensado por seu esforço em sociedades onde todos têm oportunidades equivalentes. Nesse modelo, “las autoridades serán elegidas por el voto de adultos políticos, que tienen ahora la vida pública en sus manos, dejando atrás la presencia de masas manipuladas por caudillos y líderes tropicales”. (OSORIO, 2016, p. 22)

Cabe destacar que tais processos não poderiam ocorrer sem uma forte conotação ideológica, sem a renovação do projeto sociocultural burguês. Nesse sentido, as respostas iniciais à crise e, mais precisamente, ao período posterior, marcado pela estagnação da economia capitalista mundial, não foram somente respostas econômicas e políticas, mas, especialmente, ídeo-culturais. Segundo Agustín Cueva:

Se se observa o conjunto de fenômenos até aqui analisados, a conclusão que inequivocamente se impõe é a de um profundo movimento de espectro político, ideológico e cultural do Ocidente para a direita: eis aí o grande triunfo da burguesia imperialista. Pouco importa o nome que demos a este processo regressivo (neodireitização, neoconservadorismo, neoliberalismo, revalorização da democracia, etc.); a verdade é que nos cinco anos que vão de 1974 a 1979, tudo mudou dramaticamente na Europa e nos Estados Unidos, *impondo-se um conservadorismo cada vez mais beligerante*. (CUEVA, 1989, p. 32 - grifo nosso)

O conservadorismo requentado ultrapassa as fronteiras ídeo-teóricas, cujo marco da “razão miserável” (COUTINHO, 2010 [1972]), conformado no pós-1848⁸, promovia o empobrecimento da razão dialética em direção à razão instrumental e ao irracionalismo. O tom

⁸ É no tempo histórico que tem início após 1848, que surgem as ciências sociais – corpo científico que favoreceu a gestão da ordem burguesa e constituiu-se como importante eixo da cultura burguesa. Para Escorsim Netto: “O pensamento conservador, em seu período clássico – que cobre da Revolução Francesa (1789) à Primeira Guerra Mundial (1914) –, como importante e complexa vertente ídeo-político-cultural, avançou da recusa da ordem social construída pela burguesia revolucionária para uma atitude de defesa da ordem burguesa consolidada (mas ameaçada pelo movimento operário revolucionário). A inflexão no desenvolvimento do pensamento conservador decorre entre 1830 e 1848, precisamente quando se evidencia o esgotamento do ciclo revolucionário burguês. (...) Depois de 1848, o conservadorismo, confrontado com a “questão social” e o movimento socialista revolucionário de base operária, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma *perspectiva especialmente contrarrevolucionária*, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa.” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 69 - destaque original da autora)

do conservadorismo contemporâneo é dado pelas ilusões pós-modernas, com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero, à recusa às metanarrativas⁹. É nesse caldo cultural que se insere a cruzada antimarxista, a qual nos referimos antes.

Não é fácil interditar Marx, em plena vigência das contradições que ele decifrou. Por isso, há o recurso ao subjetivismo como um eventual contraponto à perspectiva da totalidade histórica, cuja conexão à práxis revolucionária não está ao alcance dos pensadores das micro-narrativas.

Nesse sentido, um dos principais argumentos dessa cruzada infere que não é razoável seguirmos signatários de uma razão que busca *homogeneizar e universalizar o mundo, os indivíduos, o saber, por meio do estabelecimento de uma verdade suprema*. Nessa linha, argumenta-se que a ambivalência é uma condição inexorável dos seres humanos e da própria realidade, não cabendo fórmulas que o determine aprioristicamente. (BAUMAN, 1998)

Outro ponto suscitado nesse debate argumenta que não é possível alcançar um conhecimento de tudo que acontece na sociedade: o todo é complexo e a complexidade deve abarcar a desordem, a ambiguidade e a incerteza. Para Morin, é por meio da reflexão sobre a desordem e a ambiguidade que é possível superar a limitação de um pensamento simplificador. (MORIN, 2008). No entanto, a *concepção materialista da história* não se trata de um dogma que define tudo e todos a priori, tampouco se constitui em uma verdade suprema que se pretende abstrata e universal, isto é, “[...] toda concepción de Marx no es una doctrina, sino un método. No ofrece dogmas hechos, sino puntos de partida para la ulterior investigación y el método para dicha investigación.” (ENGELS, 1984, p. 534)

Portanto, não se refere a um pensamento simplificador que pretende conhecer tudo. A perspectiva da totalidade não significa que podemos alcançar um conhecimento de tudo o que acontece na sociedade, mas que é preciso considerar os elementos que articulam, organizam e hierarquizam a vida em sociedade, os quais tornam possível sua reprodução material e social, em condições determinadas, em dada espiral de espaço-tempo.

Quando Marx e Engels (2007) analisam o que denominaram *visão materialista do mundo*, evidencia-se essa necessidade de considerar *os homens e as mulheres em seu processo de desenvolvimento real*:

⁹ Foi Jean-François Lyotard quem definiu a condição pós-moderna como *um estado de incredulidade em relação às metanarrativas*. Para Lyotard (1984) a pós-modernidade se caracteriza por narrativas menores que não buscam legitimação universal, isto é, ao contrário de uma narrativa mestra que se constrói a partir de visões desde a perspectiva da totalidade. (LYOTARD, 1984)

Esse modo de considerar as coisas não é isento de pressupostos. Ele parte de pressupostos reais e não os abandona em nenhum instante. Seus pressupostos são os homens, não em quaisquer isolamento ou fixação fantásticos, mas *em seu processo de desenvolvimento real*, empiricamente observado, sob determinadas condições. Tão logo seja apresentado esse processo ativo de vida, a história deixa de ser uma coleção de fatos mortos, como para os empiristas ainda abstratos, ou uma ação imaginária de sujeitos imaginários, como para os idealistas. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94 - grifo nosso).

Nesse sentido, Lukács (1979) vai inferir que não existe um método *a priori*, o qual indique o caminho correto para conhecer a realidade concreta:

Se Marx, como vimos, considera indispensável para o processo cognoscitivo as abstrações e as generalizações, igualmente indispensávelhe aparece a especificação dos complexos e das conexões concretas. Em termos ontológicos, especificação significa aqui o seguinte: *examinar a incidência de determinadas leis, de sua concretização, modificação, tendencialidade, de sua atuação concreta em concretas situações determinadas, em determinados complexos concretos. O conhecimento só pode abrir caminho para esses objetos investigando os traços particulares de cada complexo objetivo*. Por isso, falando do conhecimento relativo a um complexo tão central quanto o desenvolvimento desigual, diz Marx: "A dificuldade reside apenas na maneira geral de formular essas contradições. Uma vez especificadas, só por isso estão explicitadas." O significado dessa afirmação ultrapassa de muito o âmbito concreto no qual foi formulada, embora - como veremos - não seja certamente casual o fato de ter sido enunciada a propósito do desenvolvimento desigual. Ou seja: expressa-se nela algo fortemente característico da ontologia marxiana do ser social, ou seja, a presença de dois pontos de vista que formam porém uma unidade: a unidade - dissociável no plano ideal-analítico, mas indissolúvel no plano ontológico - entre tendências de desenvolvimento gerais-legais e tendências particulares (LUKÁCS, 1979, p. 111, grifo nosso).

Para Lukács, portanto, o objeto da ontologia marxista, diferentemente da ontologia clássica e subsequente, é o que existe realmente: a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões em seu interior, com a totalidade.

Em Marini - para quem o rigor conceitual e metodológico é o que caracteriza em última instância a ortodoxia marxista - muitas análises sobre a dependência latino-americana incorreram em desvios, em seus termos:

Estas desviaciones nacen de una dificultad real: frente al parámetro del modo de producción capitalista puro, la economía latinoamericana presenta peculiaridades, que se dan a veces como insuficiencias y otras - no siempre distinguibles fácilmente de las primeras - como deformaciones. No es por tanto accidental la recurrencia en los estudios sobre América Latina de la noción de "precapitalismo". Lo que habría que decir es que, aun cuando se trate realmente de un desarrollo insuficiente de las relaciones capitalistas, esa noción se refiere a aspectos de una realidad que, por su estructura global y su funcionamiento, no podrá nunca desarrollarse de la misma forma como se han desarrollado las economías capitalistas llamadas avanzadas. Es por lo que, más que un precapitalismo, lo que se tiene es un capitalismo *sui generis* que sólo cobra sentido si lo contemplamos en la perspectiva del sistema en su conjunto, tanto a nivel nacional como, y principalmente, a nivel internacional (MARINI, 1973).

Marini (1973) desvenda a fundamental importância da América Latina na consolidação do capitalismo mundial, que opera a própria expansão do mercado mundial pelo que desenvolve a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e aquelas não industriais. "El desarrollo de las relaciones mercantiles sienta las bases para que una *mejor aplicación de la ley del valor tenga lugar, pero simultáneamente crea todas las condiciones para que jueguen los distintos resortes mediante los cuales el capital trata de burlarla* (MARINI, 1973, grifo nosso)."

A dependência¹⁰, de acordo com a análise de Marini (1973), pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, onde a produção dos países subordinados é conduzida de tal maneira que garanta a perpetuação dessa condição, o que sustenta a dominação a partir de dentro, tendo em vista a reformulação constante das relações sociais de produção.

Assim, a formação do capitalismo dependente só pode ser entendida em função da acumulação de capital em escala mundial. Alguns dos aportes fundamentais de Marini (1973), os quais nos valem em nossa análise, são sintetizados por Osorio (2016), quais sejam:

- América Latina contribui na contra-tendência à queda tendencial da taxa de lucro nas economias dos países centrais, favorecendo o incremento da taxa de exploração em tais economias (via redução do valor dos bens-salários ao incrementar sua oferta ao mercado mundial) e rebaixando o valor do capital constante (via exportação massiva de matérias primas);
- Nas relações comerciais internacionais e dada a monopolização que exercem as economias industriais sobre bens industriais e tecnologia, se estabelece um intercâmbio desigual, desfavorável as economias latino-americanas, as quais transferem valor aos países centrais;

¹⁰ "En el marxismo, la reflexión en torno a la *dependencia* no partió de cero; se apoyó en diversos trabajos que se habían realizado en años previos y que tenían como denominador común negar el carácter feudal de la formación social latinoamericana. Un trabajo pionero en este sentido es el libro de *Sergio Bagu Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina [1949]*. Los trabajos iniciales de Andre Gunder Frank, donde criticaba la teoría del desarrollo y las tesis de una América Latina feudal, se ubican de lleno en la nueva corriente en torno a la dependencia y constituyen un parteaguas fundamental para el tratamiento de la temática [Cf. Sociología del desarrollo y subdesarrollo de la sociología: un examen del traje del emperador, 1969; e Capitalismo y subdesarrollo en América Latina, 1970]. [...] Entre otros estudios que incidieron en el problema, cabe mencionar en particular América Latina: feudal o capitalista? (1966)." (OSORIO, 2016, p. 57 e ss.)

- Como mecanismo de compensação, a esta relação, o capital latino-americano redobra a exploração com o fim de incrementar a massa de valor: isso se realiza sobre a base da superexploração da força de trabalho, isto é, da violação do valor da força de trabalho;
- Apoiado na superexploração de maneira estrutural, o capitalismo dependente gera um ciclo de capital onde se produz uma ruptura entre a esfera da produção e a esfera da circulação, ou seja, promove o crescente divórcio entre o aparato produtivo e as necessidades de consumo das amplas maiorias da população;
- O fundamento da dependência é a superexploração, pois tal configuração estrutural explica a forma fundamental de produção de mais-valia e, também o porquê do aparato produtivo e a esfera da circulação tendem a caminhar desligados, reproduzindo um capitalismo que leva ao extremo as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

Se a análise de Marini explicou com nitidez, pela crítica ao desenvolvimentismo cepalino, a dinâmica da dependência que não foi capaz de impedir que o país e a região mergulhasse nos longos anos de chumbo das ditaduras civis-militares dos anos 1960/1970/1980, cabe reafirmar a potência de suas análises para conduzir as explicações acerca dos limites dos pactos transclassistas dos governos do PT, cujo horizonte neodesenvolvimentista somente pretendiam ocultar a adesão ao programa de reconversão neoliberal. Por meio destas veredas, reconhecemos a impotência das medidas redistributivas ou de caráter nacional-industrializador - substituidor das exportações -, cujo alcance refuta os determinantes estruturais que nos aprisionam à dinâmica imperialista, como sócios menores e secundários do butim mundial, como diz Lenin.

As razões do golpe de 2016 são ainda mais límpidas, se recorremos aos aportes da TMD. A expansão da dinâmica da dependência no Brasil do Século XXI pós-golpe aprofunda a articulação entre os processos de transferência de valor ditada pelo intercâmbio desigual entre as nações. Este comércio espúrio, por sua vez, é baseado na produção e exportação de produtos primários, seja minério de ferro bruto, seja produtos do monocultivo como carnes, açúcar, café, soja e outros grãos, cuja lucratividade pressupõe toda a riqueza natural do país, com suas extensões solares e águas abundantes, terras produtivas saqueadas e em extensões inimagináveis nos países centrais, consolidando a ordem fazendária-latifundiária como força política e econômica mais dinâmica, contraditoriamente. Mas, sobretudo, a nossa economia dependente possui abundância na verdadeira força produtora de riqueza, que é a força de trabalho, cujas parcelas expressivas seguem submetidas às condições de vida tão degradantes,

que a superexploração do trabalho segue como o recurso mais efetivo para extração da mais-valia, em sua dimensão extraordinária.

Considerações Finais

A derrota política expressa na irrupção das ditaduras militares datadas das décadas de 1960, 1970 e 1980 não foi a única que abalou a América Latina. A maior derrota foi a teórica que operou pelo deslocamento do sujeito da revolução, que até então era associado à centralidade da classe trabalhadora. Para Osorio (1994) os fracassos políticos da década de 1970 foram vistos como derrota da concepção que reconhecia e defendia o proletariado como a classe da revolução. O deslocamento das reflexões das ciências sociais latino-americanas para os movimentos sociais e para a transição democrática buscava uma afinação com a necessidade de redemocratização decorrente do assolamento das ditaduras militares. Vivíamos a emergência de coletivos políticos, tais como os movimentos feministas, juvenis, urbanos e ecológicos, garantindo a emergência da sociedade civil como campo teórico, cuja fragmentação foi funcional para a derrota teórica e política dos ideais socialistas, que proporcionou o cenário das mudanças no âmbito do debate teórico nos anos 1980, mais precisamente as mudanças teóricas e metodológicas que supunham novas formas de vinculação da teoria com a política.

Nesse sentido, as ideias de revolução sofreram duras críticas da sociologia latino-americana nos anos 1980. Considerava inadequada para o trato político, vista como mera técnica que reiterava uma visão instrumental da política que se buscou romper pois provocava, além do atraso para as ciências sociais, consequências políticas que deviam ser combatidas e revertidas. Naquele momento, segundo Osorio (1993), a crítica à revolução assinalou uma crítica à visão de classe trabalhadora como sujeito que porta as possibilidades de uma nova ordem social, tornando, com esse discurso, ultrapassadas as ideias de classes sociais e de luta de classes dentro das discussões predominantes no campo das ciências sociais.

A relação entre “revolução” e “ordem” também figurava com centralidade no debate dos anos 1970, e foi restringida. A sociologia passou a aceitar as reformas, desde que vinculadas ao caminho para sociedades que combinem capitalismo e democracia, e não como estratégia de transição ao socialismo. A análise do autor na primeira metade dos anos 1990 foi precisa sobre os limites da democratização, estratégia que a concilia com o capitalismo.

Al igual que en los años sesenta, cuando la teoría del desarrollo mostró su incapacidad explicativa para los problemas del subdesarrollo latinoamericano, hoy la teoría de la transición democrática está mostrando los límites que se ha impuesto para analizar los topes que enfrenta la democratización latinoamericana y el campo de acción en el que

se mueven los actores sociales. Las puertas comienzan a abrirse para una reflexión de la política, de los sujetos sociales y de la democracia de nuevo tipo en la región (OSORIO, 1993, p. 60).

Os limites da democratização latino-americana já apontadas por Osorio (1993) se evidenciaram por meio do aprofundamento da condição de dependência dos países latino-americanos nas últimas décadas, e sobretudo com a ofensiva reacionária do capital, na região. Entretanto, as portas para uma reflexão da política, dos sujeitos sociais e da democracia de novo tipo, conforme ensinou Osorio (1993), já foram abertas com as experiências que tivemos em alguns países latino-americanos nas últimas duas décadas, como Venezuela, Equador e Bolívia.

Assim, retomar a teoria marxista da dependência como força capaz de balizar os alicerces que América Latina necessita sustentará uma práxis que considere romper com o quadro estrutural da região passará, necessariamente, pelo rompimento com a dependência, mas, sobretudo, para a construção de um alicerce teórico e político que sustente esse rompimento.

Ouriques (2014) considera que mesmo um programa de pesquisa destinado à superação do subdesenvolvimento e da dependência é difícil de manter, quanto mais o sistema político e a teoria econômica com este mesmo propósito, vez que portam sua clara e insuperável limitação para atender às grandes exigências da sociedade. Para o autor:

Nem a democracia – certamente restringida – nem o desenvolvimento – a ideologia por excelência na periferia capitalista – pode limitar o avanço deste programa de pesquisa que não somente recupera antigas contribuições teóricas iniludíveis para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas amplia novos temas de estudo apenas sugeridos na década de sessenta e setenta quando ganharam certa visibilidade em nosso continente e influenciaram em grande medida o mundo universitário dos países centrais. Ao contrário, é precisamente pelas restrições que o regime político democrático liberal adquire entre nós e sua íntima relação com a reprodução ampliada da dependência que os estudos sobre a teoria marxista da dependência retomam vitalidade teórica e ganham visibilidade social (OURIQUES, 2014, p. 16).

A estratégia político-intelectual mais do que urgente e necessária assenta-se na construção de caminhos que recuperem o protagonismo das massas latino-americanas pelos seus interesses, no campo da luta geral contra as condições impostas pela superexploração e suas opressões estruturais: racismo, sexismo, dominação de classe, concentração da propriedade, renda, riqueza e poder. Urgem novas estratégias político-intelectuais revolucionárias que atuem efetivamente na intimidação do processo de espoliação e de aumento da riqueza de poucos com aumento da desigualdade social. A união do povo latino-americano deve caminhar para a indispensável ruptura histórica com o capital e seus sócios imperialistas de forma a afrontar os moinhos da acumulação e de seu arcabouço ídeo-teórico e cultural.

Referências

- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- B. M. **World Bank Open Data** 2016.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CUEVA, Agustín. A guinada conservadora. In: CUEVA, A. O. (Ed.). **Tempos conservadores**. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 19-37.
- ENGELS, F. Carta de Engels a Sombart In: MARX, K; ENGELS, F. (Ed.). **Obras escogidas, Tomo III**. Moscú: Editorial Progreso, 1984.
- ENGELS, Friedrich. **Prefácio**. In: MARX, Karl. Vol. I, Livro Terceiro, Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ESCORSIM NETTO, L. **Conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.
- GUNDER FRANK, Andre. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. Mexico: Ediciones Era, 1973.
- IBGE, I. B. D. G. E. E. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD Contínua**. Brasília (DF), Trimestral 2016.
- LUKÁCS, G. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- LYOTARD, J. F. O. **The postmodern condition: a report on knowledge**. Manchester: Manchester University Press, 1984.
- MANDEL, Ernest. **A Crise do capital**. São Paulo: Ensaio 1990.
- MARINI, R. M. En torno a dialectica de la dependencia. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales**, Santiago:FLACSO, n. 5, 1973.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **O Capital**. Vol. I, Livro Terceiro, Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MOTTA, C. V. et al. PIB cai 3,8% em 2015, pior retração desde 1990. **Valor Econômico**, São Paulo, 2016.

OSORIO, Jaime. La democracia ordenada: análisis crítico de la sociología del Cono Sur latinoamericano. **Estudios sociológicos**, Ciudad del Mexico: Colegio de Mexico, n. 33, p. 38-62, sep.-dec., 1993. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40420250?seq=3#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 7 mar. 2018.

OSORIO, Jaime. Los nuevos sociólogos: tendencias recientes de la sociología latinoamericana. **Estudios latinoamericanos**, Nueva Epoca, n. 1, ene./jun. 1994.

OSORIO, Jaime. **Teoría marxista de la dependencia**. Historia, fundamentos, debates y contribuciones. México, DF: Universidad Autónoma Metropolitana; Itaca, 2016.

OURIQUES, Nildo. **O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2014.